



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 30 de novembro de 2018

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2019 (de acordo com a alínea a), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----
- 2º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2019 (de acordo com a alínea o), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----
- 3º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2019 (de acordo com a alínea d), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----
- 4º. Ponto – Proposta de fixação de taxas de IMI para 2019 (de acordo com a alínea d), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----
- 5º. Ponto – Proposta de participação no IRS para 2019 (de acordo com a alínea c), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----
- 6º. Ponto – Pedido de aprovação de Empréstimo de médio e longo prazo (de acordo com a alínea f), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----
- 7º. Ponto – Proposta de percentual a aplicar em 2019 / Taxa de Direitos de Passagem (nos termos da alínea b), nº1, do artº. 25º da Lei nº75/2013 de 12/09 e da alínea n), artº. 14º da Lei nº.73/2013 de 3/09) -----
- 8º. Ponto – Aquisição de Serviços – “Seguros” – Escolha e início de Procedimento - Concurso Público (de acordo com a alínea c), nº1, artº.6º da Lei nº8/2012 de 21/02) ----
- 9º. Ponto – Protocolo de Escolas e Escolinhas de Desporto – Proposta de atualização (de acordo com a alínea k), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----
- 10º. Ponto - Declaração de reconhecimento de interesse para o concelho – Empresa AHARA, LDA. – Proposta de Ratificação (de acordo com a alínea m), nº2, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----
- 11º. Ponto - Iniciativa “Escola a Pé” – Proposta de Protocolo (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 23º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----
- 12º. Ponto - Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, a Associação “O Sobreiro” e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Fornecimento de refeições a utentes (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----
- 13º. Ponto - Proposta de Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Cedência de flexipiso (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----
- 14º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Instalação de

ar condicionado no Edifício Escolar de Foros de Vale de Figueira (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----

15º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Ciborro – Requalificação de sanitários públicos em Ciborro (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----

16º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal (de acordo com a alínea c), nº2, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes. -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

António Joaquim Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, António Manuel Martins em substituição de João Miguel Amaró Marques, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, Lina Graça Maltês em substituição de Alexandre Júlio Vinagre Pirata, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Breia, Manuel António Coelho, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Maria Joana Peniche Gingão em substituição de Duarte Manuel Vicente da Luz, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sónia Cristina dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Susana Raquel Vicente Mendes e Viriato Santos em substituição de Vitalina da Conceição Roque Sofio, registando-se vinte e oito presenças.-----

Estiveram ainda presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Hortênsia Menino, as Senhoras Vereadoras Carmen Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores António Pinetra, Gil Porto, Henrique Lopes e Olímpio Galvão -----

A senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal presidiu esta sessão, por impossibilidade da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, por motivos de natureza pessoal, solicitando que o eleito senhor António Fitas pudesse integrar a mesa dos trabalhos. Interveio de seguida para colocar à consideração dos eleitos uma proposta de inclusão de seis pontos na ordem de trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade. Colocou também à consideração a proposta de calendarização das sessões relativamente ao ano de dois mil e dezanove, sendo esta aceite. -----

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, senhor António Danado para apresentar uma declaração política sobre o orçamento de Estado, aprovado para dois mil e dezanove, afirmando que este é um governo do Partido Socialista, apoiado em algumas matérias pelo Partido Comunista, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Ecologista Os Verdes. De seguida evidenciou algumas medidas positivas que figuram no documento, como o aumento extraordinário das pensões; a contratação de trabalhadores para suprir necessidades nos serviços públicos; a regularização dos trabalhadores com vinculo precário nas autarquias locais; a valorização das longas



carreiras contributivas e a gratuitidade dos manuais escolares até ao décimo segundo ano de escolaridade. -----

Ainda no uso da palavra, fez referência aos graves problemas de funcionamento que o Hospital de Évora se debate, nomeadamente, na área pediátrica. -----

Pediu para intervir o eleito senhor Carlos Zorrinho, o qual afirmou todos os avanços que foram conseguidos porque os partidos já referidos, pelo eleito da CDU, colocaram as pessoas em primeiro lugar. Acrescentou que o país está melhor e a democracia mais forte e que, na sua opinião, não faz nenhum sentido fazer partilhas entre o que cada um dos parceiros conseguiu, porque tudo o que foi conseguido foi em prol dos portugueses. -----

De seguida, usou da palavra a eleita senhora Sónia Ramos para referir que considera que estes tipos de tomadas de posição deveriam futuramente ser incluídas na ordem de trabalhos, por forma a que os restantes eleitos possam também intervir no sentido de contrapor alguns dados. Os resultados obtidos pelo país também têm influência de toda a conjuntura internacional. -----

O Presidente da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre pediu esclarecimentos sobre a situação da intervenção na Estrada entre o Alto da Mata e a Pitamariça, pois parece um pouco atrasada. Questionou também a Câmara Municipal se está prevista a pavimentação da Rua das Cortiçadas de Lavre. Deu também conhecimento de um pinheiro existente na Rua do Pinheiro em Cortiçadas de Lavre, o qual está a pôr em perigo a população. -----

Interveio de seguida o eleito senhor Luis Machado referindo que considera estranho os anteriores eleitos estarem a congratular-se com este orçamento, uma vez que foram apresentadas cerca de novecentas propostas de alterações ao documento. -----

Usou da palavra o eleito senhor António Danado, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, afirmando que apenas se congratulou com as propostas apresentadas pelo Partido Comunista Português e que este é o orçamento possível. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Pedro Bento afirmando que os senhores Vereadores sem Pelouros, nesta Câmara Municipal, têm a mesma legitimidade democrática que os restantes eleitos. Manifestou a sua discordância pelo facto dos Vereadores da oposição nunca serem referenciados nos Boletins Municipais, nem através de uma fotografia, uma citação, etc. Para além de que também não recebem convites para inaugurações municipais, Encontros com a População, visitas às Freguesias, visitas às Instituições ou Empresas do concelho. -----

O eleito senhor António Xavier pediu a palavra e afirmou que a questão da falta de transparência já foi por várias vezes referenciada pelo CDS-PP, concordando com as intervenções anteriores, o que reflete que a Câmara mantém a mesma conduta. -----

Pediu a palavra a eleita Sónia Ramos dizendo que se trata de questão demasiado importante e que raramente obtém resposta às questões que coloca à Câmara Municipal. Manifestou o seu agrado, pela postura do Senhor Vice-Presidente, enquanto assumiu a presidência da Câmara, o qual tentou sempre esclarecer as dúvidas que lhe foram colocadas nas sessões. -----

De seguida, usou da palavra o eleito senhor Luis Machado afirmando que a bancada eleita pelo CDS-PP é a que apresenta mais recomendações à Câmara Municipal, muitas das quais sobre o tema da transparência, considerando que se mantém este problema

já desde há algum tempo. Considera que o executivo deverá esforçar-se para contornar esta questão. -----

Pedi para intervir o eleito senhor António Danado, dizendo que não está a falar em nome da bancada e informando que no passado sábado esteve presente numa iniciativa onde participaram também os senhores Vereadores do Partido Socialista. A Assembleia Municipal, não pode exercer qualquer fiscalização, sobre estas matérias porque se tratam de assuntos internos de gestão da Câmara Municipal, as quais constam do respetivo Regimento. -----

Interveio a eleita senhora Susana Picanço para apresentar um Voto de Pesar, o qual se apresenta transcrito de seguida: -----

“O passado dia 19 de novembro ficará assinalado como um dos dias mais tristes para o concelho de Borba. Um deslizamento de terras levou ao abatimento de uma parte da estrada 255, que liga Borba a Vila Viçosa arrastando consigo 5 pessoas. As vítimas tinham ligações diretas com os concelhos de Vila Viçosa e Alandroal. -----

Os eleitos da CDU pretendem manifestar a sua tristeza perante este acontecimento bem como enviar as mais sentidas condolências aos familiares e amigos das vítimas.

Importa ainda referir que o Estado não se pode demitir das suas competências, com base no argumento de que se trata de uma estrada municipal. Por outro lado, cabe ao Estado o licenciamento e monitorização da exploração, assegurar e garantir as condições de segurança, quer dos trabalhadores das pedreiras, quer das populações. ---

Queremos também prestar o nosso reconhecimento e agradecimento a todos os operacionais que continuam empenhados nos trabalhos de apoio e de resgate. -----

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reunida em Sessão Ordinária, no dia 30 de novembro de 2018, aprovou por unanimidade o presente VOTO DE PESAR. -----

O presente VOTO DE PESAR será remetido aos Municípios de Borba, Vila Viçosa e Alandroal. -----

Montemor-o-Novo, 30 de novembro de 2018 -----

Os eleitos da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo” -----

O documento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, foi feito de seguida um voto de silêncio na sala, por proposta dos eleitos pela CDU. -----

A eleita Sónia Ramos apresentou, de seguida, uma Moção denominada “Linha ferroviária Sines – Caia - Construção de estações de mercadorias e utilização para passageiros”, a qual se apresenta transcrita, de seguida: -----

“O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020(PE3+) estabelece um quadro de orientações para o setor dos transportes e um conjunto de intervenções prioritárias, com destaque para os investimentos na infraestrutura ferroviária, assente em critérios de sustentabilidade, com vista á criação de valor para as empresas e para a economia portuguesa, prosseguindo os princípios de programação do Acordo de Parceria 2014-2020. -----

Cabe á empresa Infraestruturas de Portugal, IP. Coordenar até 2021 o projeto ferroviário Sines-Badajoz. -----

O itinerário ferroviário Sines-Elvas/Caia(fronteira) é um projeto de importância estratégica para Portugal. Vai permitir estabelecer uma ligação ferroviária para o tráfego de mercadorias entre o Porto de Sines e Espanha e daí para o resto da Europa. O desenvolvimento deste projeto vai permitir uma melhoria das capacidades do Porto

de Sines, mas também do arco Sines- Setúbal-Lisboa e da sua competitividade internacional. -----

Esta ligação vai possibilitar a estruturação das acessibilidades do país quer internamente (tanto para mercadorias como para passageiros), quer relativamente ao exterior, facilitando o funcionamento em rede e articulando os diferentes modos de transporte numa lógica de complementaridade, especialização e eficiência, com efeitos muito positivos na economia e no ambiente (transferência de carga da rodovia para a ferrovia). -----

Entre Sines e Badajoz estão previstas poupanças superiores a três horas de trajeto para comboios de mercadorias, mas também um aumento da tonelagem por locomotiva de 1040 para mais de 1400 toneladas, sendo poupados mais de 150 quilómetros de percurso e usada apenas tração elétrica em vez da combinação elétrica mais diesel. ----

Ao mesmo tempo, o porto de Setúbal, Lisboa e o novo terminal de contentores da Margem Sul do Tejo terão à disposição uma ligação de alta performance em direção a Espanha, onde estes portos têm já uma presença relevante e cujo crescimento está hoje dependente da melhoria da competitividade das ligações ferroviárias. -----

As virtudes deste projeto são claramente incontestáveis. No entanto, existem um conjunto de intervenções ao longo do projeto que não estão clarificadas, nomeadamente no que respeita às paragens dos comboios de mercadorias, mas também a utilização de toda a linha no âmbito do transporte de passageiros. -----

Pelo exposto, reforçando os projetos de resolução apresentados pelos grupos parlamentares do PSD e do PCP, aprovados por unanimidade na Assembleia da Republica em outubro passado, propõe-se: -----

1 – A paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora (por forma a reforçar a competitividade das prioridades definidas na Estratégia Regional de Especialização Inteligente – indústria de componentes, aeronáutica e o sector Agro-Alimentar, suportado essencialmente pelos concelhos adjacentes ao Grande Lago de Alqueva), Vendas Novas e zona dos mármorees (Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal), garantindo a todos os potenciais beneficiários (sobretudo às empresas) o uso pleno desta importante infraestrutura. -----

Montemor-o-Novo, 30 de Novembro de 2018” -----

Ainda no uso da palavra, a eleita informou que esta Moção já foi apresentada e aprovada por unanimidade, na última sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMAC.

Sobre o documento, o eleito senhor Guilherme Franco disse ser necessário valorizar e dinamizar a atividade económica no nosso Alentejo, pelo que concorda com a Moção apresentada. -----

Usou da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, afirmando que faz todo o sentido o Plano Estratégico que a Moção refere e que há muitos anos que a CDU vem reivindicando a eletrificação da linha férrea do sul, até Beja. Relatou de seguida algumas situações problemáticas que envolvem o transporte ferroviário na Estação de Casa Branca. -----

O eleito senhor António Danado pediu para usar da palavra e informou que subscreve a Moção apresentada pela eleita do PSD, afirmando que o Alentejo foi a única região que votou favoravelmente o referendo sobre a Regionalização, há vinte anos atrás e hoje poderia existir aqui uma região administrativa com um peso forte para defender estas matérias. Referiu-se de seguida ao Movimento AMAlentejo, lembrando da

importância de todos os eleitos subscreverem a Petição Pública para criação da Comunidade Regional do Alentejo, permitindo a defesa de muitas destas questões sobre o Alentejo. -----

Ainda sobre o documento, o eleito senhor Carlos Zorrinho considera importante que todos os partidos se associem nestas moções sobre o Alentejo. Informou que os eleitos pelo PS subscrevem o documento. Terminou a sua intervenção referindo que o país cometeu um erro em não apostar forte na ferrovia. -----

O eleito pelo CDS-PP, senhor Luis Machado pediu a palavra para dizer que a bancada do CDS-PP, também subscreve a Moção. -----

Não havendo mais pedidos para usar da palavra, o documento foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

Voltou a usar da palavra a eleita senhora Sónia Ramos para solicitar alguns esclarecimentos relativamente à Escola "Ofício das Artes". Questionou também se o Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo ainda se encontra em vigor. Na sua opinião existem muitas falhas do executivo quanto à supervisão das entidades/associações que beneficiam de subsídios/apoios da Câmara. Perguntou se a Câmara teve conhecimento do Relatório da Direção Regional de Educação sobre os factos que aconteceram na Escola. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Augusto Pascoal afirmando que já fez parte dos órgãos da Direção da Escola Profissional Ofícios das Artes. A Escola é frequentada por excelentes alunos e possui excelentes professores também. Todas as notícias de práticas pouco recomendáveis estão relacionadas apenas com a Associação. Disse ainda que nem a Câmara, nem os alunos mereciam estes acontecimentos lamentáveis e que apesar de tudo as mesmas pessoas foram reconduzidas nas funções. Poderia ser equacionada, pela Câmara, a possibilidade de gerir a Associação, considerando importante uma tomada de posição com brevidade. -----

Em resposta às diversas questões, a Senhora Presidente da Câmara informou que se mantém em vigor o Regulamento de Apoio ao Movimento, datado de dois mil e cinco. Disse ainda que cabe à Câmara fiscalizar a forma como as despesas são feitas mediante a apresentação de planos de atividades ou relatórios de atividades. Não concorda com a afirmação da eleita Sónia Ramos quando diz que a Câmara não supervisiona os apoios concedidos. O referido inquérito foi recebido e analisado, o qual fazia referência ao arquivamento do processo pela entidade fiscalizadora, considerando que não cabe à Câmara o apuramento de matérias de natureza criminal, não considera outro tipo de intervenção que não seja o escrutínio por força de aplicação do regulamento de apoio ao movimento associativo. Mais referiu que foi aprovado na reunião de Câmara, que decorreu na passada quarta feira, um apoio para a construção de instrumentos e sobre o qual foram apresentados documentos. -----

O eleito senhor António Xavier questionou a Câmara sobre o pagamento de um concerto que se realizou na Praça de Touros, aquando da Mostra Internacional de Folclore. Discorda da posição da Câmara Municipal porque apesar de ter conhecimentos de todos estes factos, continuou a apoiar a Escola. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Augusto Pascoal informando ter tido conhecimento da abertura de um processo de averiguações por parte do DIAP. -----

Pediu de novo a palavra a eleita senhora Sónia Ramos para esclarecer que se referia à supervisão/acompanhamento as despesas inerentes aos financiamentos que envolvem

dinheiros públicos. Pediu também informação sobre o total do valor já atribuído à Associação em questão. -----

Em resposta, a senhora Presidente da Câmara disse que a Escola mantém autorização para funcionamento, mantendo os financiamentos por parte do POCH e do IIEFP, entidade que validou este curso de construção de instrumentos musicais. O recente apoio atribuído pela Câmara Municipal (aprovado na última sessão de Câmara) está relacionado com o referido curso e após avaliação dos documentos justificativos das despesas, o mesmo enquadra-se no Regulamento mencionado. De momento não lhe é possível informar sobre o valor atribuído, mas que será remetido posteriormente. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Joaquim Galvão informando que a partir do momento que tiveram conhecimento do Relatório que denuncia os factos em discussão, os senhores Vereadores do PS deixaram de apoiar os subsídios relacionados com a Escola. O eleito senhor António Danado adiantou que não cabe à Câmara fiscalizar internamente as Associações do concelho, que tiveram também graves problemas. O mesmo eleito informou que subscreve todas as questões colocadas pela eleita do PSD. Deverão ser os sócios da OFA a ter esse papel de fiscalização. -----

Interveio, ainda sobre a mesma matéria, a eleita senhora Fátima Breia dizendo que se a Câmara possui, desde Janeiro, um relatório que refere que as pessoas que pertencem aos órgãos diretivos da Associação não são idóneas e como uma das funções da Câmara Municipal será gerir os dinheiros públicos, cabe-lhe reunir com a mesma, de modo a poder esclarecer todas as dúvidas. Questionou sobre a totalidade dos valores já atribuídos, desde que tomou conhecimento do documento. -----

De seguida, usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão dizendo que ninguém tem legitimidade para condenar ou culpar, seja a Assembleia Municipal, seja a Câmara Municipal, seja a TVI, para isso existem as entidades competentes. -----

A senhora Presidente da Câmara interveio para informar sobre os apoios mais recentes concedidos à referida Associação; sendo que no mês de Maio de mil novecentos e dezoito foi aprovado um apoio no valor de vinte e cinco mil euros, a ser pago em várias prestações e na última reunião de Câmara um outro apoio no valor de trinta e quatro mil euros. -----

O eleito pela CDU, senhor Rui Páscoa perguntou qual o ponto de situação sobre a obra da Rua de Avis e envolvente. -----

Foi apresentada uma Moção de Censura pela bancada do CDS-PP, sendo apresentada pelo eleito senhor Luis Machado, a qual se transcreve de seguida: -----

“Pela Transparência, Pela Democracia, Por Montemor! -----

Montemor-o-Novo é uma terra de gente simples, mas séria, honesta e paciente. -----

No entanto, a paciência tem limites e não aceitamos que o bom nome da nossa terra ande nas bocas do mundo por situações menos claras. Temos a força e o carácter para dizer basta à irresponsabilidade e à falta de Transparência. -----

O executivo camarário, eleito democraticamente com maioria absoluta, com total legitimidade para governar, aplicar e implementar o seu programa eleitoral, herdeiro de muitos mandatos de governação PCP e CDU, tem demonstrado ao longo dos anos que a sua maior preocupação é a de garantir eleitorado, hipotecando o futuro de Montemor e dos montemorenses. A “máquina” foi bem montada, mas já se evidencia a “ferrugem” e conseqüentemente já se sente o quebrar, revelando o seu interior. -----

As notícias recentemente vindas a público e que transportaram por esse país fora o nome de Montemor-o-Novo pelas piores razões são, por si só, motivo para a mais veemente afirmação de rejeição de uma gestão opaca, tendenciosa, irresponsável e altamente discricionária. -----

As opções tomadas pelo atual executivo, bem como o anterior – também presidido pela atual Presidente da Câmara – são, na sua grande maioria, encobertas por uma “neblina” que impede os montemorenses de conhecerem a realidade do dia-a-dia da gestão do nosso Concelho, como aconteceu com o mais recente “caso OFA”, pois que sabendo dos factos, pelo menos, no início do presente ano, não alterou a sua postura! - No entanto, esta moção não se destina a censurar diretamente as opções políticas do Executivo no que respeita à cultura, mas sim a forma tendenciosa, irresponsável, altamente discricionária, acima de tudo, NÃO transparente de como aquelas são tomadas! -----

Esta moção de censura dá voz à indignação da grande parte dos montemorenses que se sentem atingidos e perderam a confiança no Executivo de Hortênsia Menino, a primeira responsável pela condução do Município. O CDS-PP enquanto oposição, tem do dever de representar aqueles que em nós confiaram o seu voto, mas o Concelho como um todo, defendendo os interesses do município, a Democracia e a transparência. Não nos revemos na postura do executivo e não podemos fechar os olhos para as condições que colocam este executivo em cheque. -----

E assim, nos termos legais, o Grupo Municipal do CDS-PP apresenta uma Moção de Censura ao Executivo Camarário liderado por Hortênsia Menino, com o seguinte teor:-- A Assembleia Municipal delibera, nos termos da alínea L), do nº1, do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua mais recente redação alterada pela Lei nº7º/2016, de 30 de Março, censurar o Executivo Camarário de Montemor-o-Novo, na pessoa da sua Presidente, Hortênsia Menino, pelas razões acima expostas. -----

Montemor-o-Novo, 30 e Novembro de 2018 -----
Pelo Grupo Municipal do CDS-PP” -----

Sobre o documento, pediu a palavra o eleito senhor António Danado dizendo que, na sua opinião, esta Moção de Censura deveria constar da Ordem de Trabalhos, no sentido de poder ser previamente analisada. -----

Sobre o documento o eleito senhor Carlos Zorrinho afirmou que o essencial nesta questão é preservar o bom funcionamento da Escola. Disse também que os eleitos do PS se irão abster quanto à votação do documento. -----

O eleito António Xavier pediu a palavra para salientar que não se trata de um Moção de Censura nem à Escola, nem à Associação, mas sim à atividade da Câmara. -----

Interveio ainda a eleita senhora Sónia Ramos, a qual referiu que concorda com esta Moção à Câmara Municipal, não pela situação da OFA, mas por todos os procedimentos ao longo deste mandato, pela falta de esclarecimentos prestados, acerca das mais diversas questões. -----

Não havendo outros pedidos para intervenções, foi colocado o documento à votação. - Deliberação:Rejeitada, por maioria, com dezasseis votos contra dos eleitos pela CDU, dez abstenções dos eleitos pelo PS(nove) e pelo PSD(um) e dois votos a favor dos eleitos pelo CDS-PP. -----

Foi proposto pela mesa uma pequena interrupção de cinco minutos na sessão, o qual foi aceite por todos os eleitos. -----

Seguidamente a Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos: -----

1º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2019 (de acordo com a alínea a), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----

A Senhora Presidente da Câmara fez o enquadramento deste ponto, destacando as grandes áreas de intervenção: urbanismo e qualidade de vida (intervenção no âmbito do P.E.D.U.); investimentos na rede viária e arruamentos e as intervenções de reabilitação urbana; área sociocultural e educação. -----

Pedi a palavra o eleito senhor Joaquim Galvão para dizer que os documentos têm bons planos e ideias construtivas, mas que mais uma vez não serão mais que isso mesmo, porque apesar da CDU estar há quatro décadas no poder, neste concelho, muito há ainda por fazer. Os munícipes deveriam ser convidados a fazer propostas de melhoria da qualidade de vida do concelho, era essencial haver um orçamento participativo. -----

Foram colocadas, por parte dos Vereadores eleitos pelo PS na Câmara Municipal, algumas propostas a incorporar nas GOP'S, o que mais uma vez não aconteceu, nomeadamente: uma aposta forte no turismo; a promoção da mobilidade sustentável; o fim da Derrama de IRS; a criação de um sistema de gestão de tráfego e a desclassificação da Avenida Gago Coutinho como Estrada Nacional. -----

Disse ainda que ao longo dos anos os Vereadores da Oposição são sistematicamente ignorados; não sendo convidados para inaugurações ou outros eventos municipais, as suas interpelações não constam dos Boletins Municipais, nem participam nas visitas a empresas. Alertou para o facto das comemorações do quadragésimo quinto aniversário do 25 de Abril, não terem um carácter partidário. Destacou a falta de existência de uma sala equiparada ao Cine Teatro, mas de menor dimensão, para a realização de pequenos eventos. Finalizou a sua intervenção informando que os eleitos pelo PS vão abster-se na votação do documento. -----

Ainda sobre os documentos, em discussão, o eleito senhor Manuel Coelho salientou que a construção de Etar's tem maior importância a montante do que a jusante, pelo efeito causado pelas suas descargas. Considera que é um assunto que tem de ser pensado muito seriamente e principalmente quanto ao modo como fazem as descargas. Chamou ainda atenção para o facto de o Rio Almansor estar completamente abandonado. -----

De seguida, usou da palavra a eleita senhora Fátima Breia para dizer que parece ter havido esquecimento, no Orçamento, quanto às rubricas relacionadas com a saúde, uma vez que, na sua opinião, para a Câmara este deveria ser um dos principais agentes da promoção da saúde comunitária, enumerando de seguida algumas das áreas que a Câmara poderia/deveria colaborar, nomeadamente: o consumo de droga, álcool e tabaco; a doença mental e depressão; as alergias; os acidentes rodoviários (referindo-se à Avenida Gago Coutinho); a obesidade, Dietista/Nutricionista; a pobreza das crianças e a demografia. -----

O eleito senhor Pedro Bento referiu de seguida que apenas 58% da população é servida por Etar's. Considera que o documento não possui nenhuma perspectiva quanto ao desenvolvimento estratégico; as intenções da maioria CDU mantêm-se ano após ano e apesar de estarem a falhar, ainda assim, continuam a apostar nas mesmas

coisas. De seguida referiu-se a três aspetos essenciais, mas que são pouco valorizados na Opções do Plano: a demografia, os recursos naturais e alterações climáticas. -----

Terminou a sua intervenção questionando sobre qual a estratégia da Câmara Municipal para a criação de emprego. -----

Pediu a palavra a eleita senhora Sónia Ramos afirmando que mais uma vez votará contra o orçamento municipal, porque o executivo camarário não tem qualquer estratégia e isso é expresso nos documentos apresentados. Disse ainda que a demografia é um problema neste concelho, porque nunca existiu uma estratégia habitacional para os jovens casais e não só. Salientou ainda, por diversas vezes, que já colocou questões sobre as Etar`s do concelho, assim como relativamente à situação do Rio Almansor. Disse ainda que o Turismo tem sido uma questão posta de parte pela Câmara Municipal. -----

O eleito senhor Luis Machado interveio e mostrou grande satisfação por ter sido concretizada uma das propostas apresentadas pela bancada do CDS-PP, respeitante aos pagamentos através de referência multibanco. -----

Pediu a palavra de seguida o eleito senhor António Xavier dizendo que a Câmara anda à deriva há quarenta anos, fazendo apenas obras quando obtém fundos da União Europeia. Era importante que a Câmara tivesse uma estratégia à semelhança do Programa Eleitoral do CDS-PP. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Pedro Bento referindo que os dois maiores recursos hídricos do concelho não têm qualquer referência neste orçamento municipal. -----

Pediu para intervir o eleito senhor Joaquim Gervásio dizendo que é preciso ter em atenção que o concelho de Montemor-o-Novo, felizmente, não possui nenhuma das grandes responsáveis pela emissão de dióxido de carbono para a atmosfera. Na sua opinião, o que podemos fazer no nosso concelho para reduzir a nossa pegada ecológica pode ser, por exemplo, uma campanha para reduzir a produção de gado bovino. -----

A senhora Primeira Secretária da Mesa, colocou à consideração dos eleitos a continuação dos trabalhos da sessão, por serem zero horas, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Deu a palavra de seguida ao Presidente da União de Freguesias de Nossa Senhora Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, senhor António Danado, o qual lembrou que as competências relacionadas com a segurança rodoviária não podem ser acatadas aos Municípios, tal como referiu a eleita pelo PS, senhora Fátima Breia, porque ainda são competências do Estado Central. Acrescentou ainda que, não foi a CDU que promoveu o encerramento de muitos postos médicos das aldeias de norte e a sul do país, principalmente no interior. -----

Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que o documento contempla muitos desafios e objetivos, os quais são dirigidos também a todos os agentes do concelho. Falou de seguida do projeto "Plano Local de Habitação", através do qual se possa definir uma estratégia para os problemas da habitação, envolvendo outras entidades proprietárias de habitações, por ser uma importante componente atrativa para o concelho. Questionou a eleito senhor Pedro Bento sobre qual a data a que se referem os dados apresentados. -----

Informou ainda que a Câmara Municipal integrou uma estratégia feita ao nível da Comunidade Intermunicipal para elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, o qual inclui ações concretas para cada um dos concelhos. -----
O eleito pelo PS informou que são dados do INE do ano de dois mil e treze. Referiu-se de seguida à gestão rodoviária da Avenida Gago Coutinho, porque na sua opinião o trânsito de pesados apenas traz problemas. -----

Em resposta a senhora Presidente da Câmara informou que foram feitas diversas tentativas de contacto com as entidades responsáveis pela gestão da Avenida, mas até ao momento não foram obtidas respostas. -----

Voltou a intervir o eleito senhor António Coelho perguntando se o projeto da ETAR de Ciborro já está a ser elaborado. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à votação. Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pela CDU; três votos contra dos eleitos pelo PSD (1) e pelo CDS-PP(2) e nove abstenções dos eleitos pelo PS. -----

2º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2019 (de acordo com a alínea o), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----

A senhora Presidente da Câmara referiu que a proposta apresentada contempla a criação de mais dezanove postos de trabalhos, para contratos a tempo indeterminado. Sobre o documento, o eleito senhor Joaquim Galvão informou que a bancada pelo Partido Socialista se irá abster na votação, porque não seria esta proposta de Mapa de Pessoal que apresentariam se estivessem a gerir a Câmara. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à deliberação dos eleitos. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pela CDU e onze abstenções dos eleitos pelo PS(8), pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2). -----

3º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2019 (de acordo com a alínea d), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----

Relativamente a esta proposta, a senhora Presidente da Câmara referiu que o executivo analisou e decidiu manter para o ano de 2019, uma proposta idêntica aos anos anteriores ou seja a aplicação de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto e manter o valor de 0,5% de taxa de derrama para os sujeitos passivos com volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros. -----

Pedi a palavra o eleito senhor Joaquim Galvão para dizer que os eleitos pelo Partido Socialista vão votar contra, porque consideram que seria um bom incentivo para as empresas se instalarem se fosse dada isenção às empresas de menor volume, assim como poderia também ser mais reduzida a outra taxa, a semelhança de outros concelhos vizinhos. -----

De seguida usou da palavra a eleita pelo PSD senhora Sónia Ramos, dizendo que votará contra devido à falta de estratégia para a fixação de empresas no nosso concelho, o que trará grandes implicações a curto e longo prazo. A mesma eleita apresentou de seguida uma declaração de voto, a qual se transcreve de seguida: -----



“A Deputada Municipal do PSD eleita na Assembleia Municipal, vem por este meio apresentar a presente Declaração de Voto, relativamente à proposta nº3, referente à Proposta de Derrama sobre o IRC para 2019, nos termos e pelos fundamentos seguintes: -----

- Considerando que PSD entende fundamental que o poder autárquico promova medidas de incentivo às empresas, à criação de emprego e à promoção de políticas de fixação de jovens e de mão de obra qualificada; -----

- Considerando que tais medidas são fundamentais para a promoção e aumento das economias locais e circulares; -----

- Considerando que estes valores cobrados às empresas são importantes para o seu investimento em infraestruturas e expansão dos seus negócios e não são, com certeza, expressivos no Orçamento Camarário; -----

A Deputada Municipal, eleita pelo PSD vota contra a Proposta apresentada pelo executivo camarário quanto à aplicação da taxa máxima de 1,5% para cobrança de Derrama sobre o IRC das empresas com sede no concelho. -----

*A Deputada Municipal eleita pelo PSD -----
Sónia Ramos -----*

Montemor-o-Novo, 30 de novembro de 2018” -----

Sobre o documento, o eleito senhor António Xavier considera que a Câmara deveria ter uma estratégia de comunicação com as empresas de modo a atrair a sua fixação. ---

Não havendo mais intervenções, o documento foi colocado a votação: -----

Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pela CDU e dez votos contra dos eleitos pelo PS (8), pelo PSD (1) e pelo CDS-PP (1). -----

4º. Ponto – Proposta de fixação de taxas de IMI para 2019 (de acordo com a alínea d), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----

A senhora Presidente da Câmara informou que a proposta apresentada será para manter a taxa mínima de IMI e a aplicação das majorações e minorações previstas na lei. -----

O eleito senhor Joaquim Galvão disse que a Câmara continua sem publicitar aos munícipes a existência destas isenções. É da competência das Câmara Municipal a aplicação de descontos para famílias numerosas, mas que ainda não acontece nesta Câmara. -----

A eleita senhora Sónia Ramos pediu para intervir referindo que na proposta apresentada os critérios para obter as majorações não são suficientemente claros para os munícipes. Disse ainda que a Câmara continua sem capacidade para apresentar uma estratégia habitacional, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: -----

“A Deputada Municipal eleita pelo PSD, vem apresentar declaração de Voto referente à proposta nº4 do executivo Camarário, referente à taxa de IMI aplicável no Orçamento Municipal de 2019, nos termos e com os seguintes fundamentos: -----

- Considerando que a proposta apresentada não revela efetivamente uma medida de incentivo para a requalificação do centro histórico do ponto de vista urbanístico, a não ser uma fonte de receita do Município; -----

- Considerando que as taxas apresentadas são arbitrárias, não foram precedidas de qualquer estudo prévio relativamente ao seu impacto ou não na globalidade dos proprietários do concelho; -----

- Considerando que as alíneas d) e e) da proposta nº4 apresentada pelo Município sobre o presente assunto, penaliza desproporcionalmente os proprietários sem cuidar de analisar, caso a caso, a situação económico financeira dos mesmos, apesar da alínea e) permitir que o proprietário faça prova da sua incapacidade financeira; -----

- Considerando, contudo, ao não explicitar, minimamente, quais os critérios considerados para essa prova de insuficiência, tal determinação é absolutamente arbitrária e discricionária, ficando à disponibilidade dos técnicos que farão a instrução do respetivo requerimento, a respetiva Decisão, pois desconhecemos, na presente proposta, todo o procedimento. -----

A Deputada Municipal eleita pelo PSD vota contra a Proposta apresentada pelo executivo camarário quanto à aplicação da taxa de IMI no concelho. -----

A Deputada Municipal eleita pelo PSD -----

Sónia Ramos -----

Montemor-o-Novo, 30 de novembro de 2018” -----

O eleito António Xavier referiu que os eleitos pelo CDS-PP vão votar contra, porque a Câmara continua sem atuar relativamente a esta questão. Na sua opinião, não basta haver intenções, têm de ser concretizadas. -----

De seguida usou da palavra o eleito senhor António Danado salientando que a proposta apresentada já contempla a aplicação da taxa mínima e por essa razão votará a favor. -----

Não havendo mais pedidos para usar da palavra, o documento foi colocado à votação.

Deliberação: Aprovada por maioria com vinte e quatro votos favoráveis dos eleitos pela CDU (16) e pelo PS (8) e três votos contra dos eleitos pelo PSD (1) e pelo CDS-PP(2). -----

5º. Ponto – Proposta de participação no IRS para 2019 (de acordo com a alínea c), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----

Interveio a senhora Presidente da Câmara dizendo que a proposta apresentada para 2019 é semelhante à de anos anteriores, fixando em 5% a percentagem da participação. -----

Relativamente à proposta em discussão, a eleita senhora Sónia Ramos afirmou que na sua opinião esta poderia ser uma medida utilizada para atrair população para o nosso concelho, podendo também beneficiar os mais desfavorecidos. A mesma eleita votará contra esta proposta e apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“ A Deputada Municipal eleita pelo PSD, vem apresentar declaração de VOTO referente à proposta nº.5 do executivo camarário, referente à taxa de IRS de 5% aplicável no Orçamento Municipal de 2019, nos termos e com os seguintes fundamentos: -----

- Considerando que a proposta apresentada não corresponde efetivamente a um benefício para os cidadãos a não ser fonte de receita do Município; -----

- Considerando que à Câmara Municipal não compete efetivar uma política pública de justiça distributiva porque essa está atribuída a Administração Central, isto é, ao Estado; -----

- Considerando que a proposta da Câmara Municipal propõe a aplicação de taxa sobre o IRS no seu máximo legal ou seja, 5% sem cuidar sequer de beneficiar as famílias numerosas, por exemplo, ou as famílias monoparentais, ou qualquer público alvo que se elegeisse, -----

- Considerando que as verbas recebidas a título de taxa sobre o IRS recolhido no concelho não revertem, efetivamente, para os montemorenses, nem sequer para os mais desfavorecidos, mas apenas permitem à Câmara Municipal injetar no respetivo Orçamento mais receita, sem justificar onde a aplicará. -----

A Deputada Municipal eleita pelo PSD vota contra a Proposta apresentada pelo executivo camarário quanto á aplicação da taxa de IRS no concelho. -----

A Deputada Municipal eleita pelo PSD -----

Sónia Ramos -----

Montemor-o-Novo, 30 de Novembro de 2018” -----

Ainda sobre a proposta, o eleito senhor Joaquim Galvão informou que votará contra, uma vez que é da opinião que a participação deveria ser apenas de 2,5%, ficando a beneficiar, para além dos munícipes, também o comércio local e por essa razão votará contra. -----

Pedi a palavra o eleito senhor António Xavier para referir que também os eleitos pelo CDS-PP irão votar contra. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à votação. Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU e onze votos contra dos eleitos pelo PS (8); pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2). -----

6º. Ponto – Pedido de aprovação de Empréstimo de médio e longo prazo (de acordo com a alínea f), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----

Interveio a senhora Presidente da Câmara informando tratar-se de um pedido de autorização por parte da Assembleia Municipal para um empréstimo destinado a investimentos já previstos no PPI, no âmbito do parque escolar e da rede viária. -----

Sobre esta proposta, o eleito senhor Joaquim Galvão disse concordar porque qualquer investimento só poderá trazer benefícios aos Montemorenses. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada à votação a proposta em discussão. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

7º. Ponto – Proposta de percentual a aplicar em 2019 / Taxa de Direitos de Passagem (nos termos da alínea b), nº1, do artº. 25º da Lei nº75/2013 de 12/09 e da alínea n), artº. 14º da Lei nº.73/2013 de 3/09) -----

Quanto a esta proposta, a senhora Presidente da Câmara salientou que a proposta será para manter a taxa pelo valor máximo possível. -----

Dado não haver pedidos de esclarecimentos, a proposta foi colocada à deliberação. ----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

8º. Ponto – Aquisição de Serviços – “Seguros” – Escolha e início de Procedimento - Concurso Público (de acordo com a alínea c), nº1, artº.6º da Lei nº8/2012 de 21/02) ----

Quanto à proposta apresentada, foi explicado pela senhora Presidente da Câmara que a mesma respeita ao pedido de autorização à Assembleia para início de procedimento que é feito anualmente e que envolve todos os seguros da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, a proposta foi colocada à deliberação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

9º. Ponto – Protocolo de Escolas e Escolinhas de Desporto – Proposta de atualização (de acordo com a alínea k), nº1, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09) -----

Relativamente a este ponto, a senhora Presidente da Câmara informou que a proposta tem a ver com a atualização de critérios relativamente ao Protocolo de Escolas e Escolinhas de Desporto, em concreto no que respeita à atribuição de majorações ou minorações quanto aos participantes nos Encontros Anuais. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

10º. Ponto - Declaração de reconhecimento de interesse para o concelho – Empresa AHARA, LDA. – Proposta de Ratificação (de acordo com a alínea m), nº2, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal interveio para dizer que este pedido está relacionado com uma intenção de investimento considerado de interesse para o concelho, propondo-se, nesta fase, que a Assembleia Municipal ratifique a declaração emitida pela Câmara Municipal. -----

Não havendo pedidos de esclarecimento, foi colocado o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

11º. Ponto - Iniciativa “Escola a Pé” – Proposta de Protocolo (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 23º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal explicou que esta proposta de Protocolo irá envolver um conjunto de entidades (Associações de pais; Junta de Freguesia, Bombeiros, GNR) e que visa fomentar as idas para escola a pé, devidamente orientadas e organizadas. -----

Uma vez que nenhum dos eleitos pediu a palavra, o documento foi colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

12º. Ponto - Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, a Associação “O Sobreiro” e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Fornecimento de refeições a utentes (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----

A senhora Presidente da Câmara informou que a proposta de Protocolo está relacionada com o fornecimento de refeições, que são confeccionadas na Cantina Escolar, aos utentes da referida Associação. -----

Não havendo pedidos de esclarecimento, foi colocado o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

13º. Ponto - Proposta de Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Cedência de flexipiso (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09) -----

Relativamente a esta proposta, a senhora Presidente da Câmara esclareceu que se trata da cedência de material para colocação junto à EB1 de Lavre. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, foi colocada à votação a proposta em discussão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

14º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Instalação de ar condicionado no Edifício Escolar de Foros de Vale de Figueira (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09)-----

Quanto a este ponto, a senhora Presidente da Câmara disse que se trata de um apoio à Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira com vista à instalação de um aparelho de ar condicionado no edifício escolar.-----

Uma vez que nenhum eleito se pronunciou sobre o documento, foi o mesmo colocado à deliberação.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

15º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Ciborro – Requalificação de sanitários públicos em Ciborro (de acordo com a alínea j), nº1, artº. 25º. da Lei nº.75/2013 de 12/09)-----

Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal para dizer que esta proposta de Protocolo se destina à requalificação de sanitários públicos da freguesia de Ciborro, possibilitando uma melhor utilização dos mesmos.-----

Não havendo pedidos para uso da palavra, foi colocada à votação a proposta em discussão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

16º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal (de acordo com a alínea c), nº2, artº. 25º. da Lei nº75/2013 de 12/09)

Neste ponto, a senhora Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador António Pinetra para dar resposta às questões já colocadas, tendo o senhor Vereador referido que as condições atmosféricas têm dificultado o desenvolvimento da obra na EM 530 e que relativamente à Rua das Cortiçadas está agendada a sua pavimentação, no âmbito dos trabalhos da EM 530.-----

Quanto à preocupação manifestada pelo eleito senhor José Maria Fernandes, informou que o pinheiro será cortado brevemente. Relativamente à obra na Rua de Avis, estão a decorrer os trabalhos, tendo surgido recentemente algumas dificuldades devido ao aparecimento de rocha na zona da Praça da República, pelo que houve necessidade de recorrer a outros meios que não estavam previstos. Estamos a analisar a forma de intervenção no sentido de não causar problemas nos edifícios junto da obra.-----

Informou também que estão a decorrer, dentro dos prazos, as obras na freguesia de Foros de Vale de Figueira e na Rua da Serração em Ciborro. Acrescentou ainda que está prevista para o dia seis de fevereiro a consignação da obra de intervenção do Mercado Municipal, informando que durante a mesma os comerciantes serão instalados nas antigas instalações do matadouro. No mês de Janeiro está previsto o início da repavimentação de ruas na cidade. Em resposta ao eleito senhor Manuel

Coelho informou que de acordo com o planeamento da AGDA de investimentos no concelho, está a decorrer a construção da nova Etar de Montemor-o-Novo e o novo intercetor que permitirá fazer chegar todas as águas residuais da cidade e de Zona Industrial da Adua. Está prevista a entrega para o mês de janeiro da proposta de Projeto da Etar de Santiago do Escoural, de forma a que se possa iniciar a obra. Para o Ciborro está prevista a construção de uma Etar igual à de Lavre, talvez mesmo utilizando o mesmo projeto. -----

Deu ainda informação que a população do concelho servida pelo tratamento de a.r. não é de 58%, mas sim de 87%.

De seguida, interveio a senhora Presidente da Câmara informando que foram feitos contactos urgentes, logo após a queda da abóboda no Convento da Saudação, no sentido de perceber, por parte do governo, qual o enquadramento para uma rápida intervenção. A Câmara decidiu avançar com uma intervenção de cobertura provisória para aquele espaço, a qual envolveu um custo de vinte mil euros. -----

Foi feita uma candidatura ao Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, a qual permite uma intervenção de carácter urgente, aguardando ainda uma resposta sobre a sua aprovação. -----

A mesa procedeu de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A senhora Primeira Secretária da Mesa deu a palavra ao público, tendo usado da palavra a senhora Maria do Céu Farinha, a qual referiu que a função dos eleitos do CDS-PP é afirmarem a sua opinião, sempre em prol dos montemorenses que lhes deram os votos e que ninguém tem o direito a fazer juízos de valor relativamente aos documentos que apresentam na Assembleia Municipal. Disse ainda que houve muitas intervenções repetitivas ao longo da sessão de hoje. Alertou ainda para a existência de bastantes carros abandonados pela cidade e questionou a Câmara sobre o ponto se situação quanto à intervenção na Praceta D. João de Castro. -----

Seguidamente usou da palavra a senhora Teresa Pascoal, para questionar a Câmara, por que razão e apesar de ter conhecimento dos factos ocorridos através do relatório recebido, não tomou uma posição em relação à referida Escola, como representantes da população têm o dever de zelar por essa população. -----

Interveio ainda o senhor João Gambaio, o qual fez a apresentação de um projeto denominado "Águas Paradas no Rio Almansor". -----

De seguida, usou da palavra a senhora Cristina Reis a qual manifestou grande tristeza pelos factos ocorridos na Escola Ofício das Artes, dizendo que a autarquia deveria criar um Gabinete de Apoio às Instituições e que não podemos fazer julgamentos públicos. -

O senhor Vereador António Pinetra em resposta à questão colocada pela senhora Maria do Céu Farinha, informou que a questão está dependente da deslocação ao local para análise das alterações a ter em conta, face ao projeto inicial e que está já a ser tratada a proposta para intervenção. -----

Disse ainda que relativamente aos acontecimentos na Escola Ofício das Artes, a questão prioritária é manter o funcionamento da Escola. Foram feitos, por parte da Câmara, inúmeros contactos no sentido de definir como a Câmara deveria atuar e quem não agiu corretamente tem de ser devidamente punido. Referiu-se ainda à

reportagem sensacionalista por parte do TVI, a qual visa apenas denegrir a imagem da Câmara Municipal. -----

De seguida usou da palavra a senhora Presidente da Câmara dizendo que o executivo teve conhecimento da decisão de arquivamento do processo por parte do Ministério Público. Felicitou ainda o senhor João Gambaio pelo projeto que apresentou, disponibilizando-se para reunir com o munícipe para falarem sobre o mesmo.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram uma hora e quarenta e cinco minutos do dia um de dezembro de dois mil e dezoito -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Sandra Cristina E. Matias

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues